

## Cidadãos podem acionar o “Disque Sinistro” para agilizar atendimento de ocorrências no trânsito

Alinhada aos pilares de inovação, eficiência e proximidade com o cidadão, o governo de Rondônia, por meio do Departamento Estadual de Trânsito (Detran-RO) implementou modelo inédito de atendimento em tempo real integrado às ferramentas digitais. Trata-se da Central de Monitoramento de Operações, coordenada pela Diretoria Técnica de Fiscalização e Ações de Trânsito (DTFAT). **Página 02**



## Pedofilia é crime hediondo e inafiançável, aprova CCJ **Página 07**

# A Gazeta de Rondônia

32 Anos

agazetaderondonia.com.br



Aponte a câmera do seu celular e acesse todo conteúdo na edição online

Ano XXXIII – Nº 5047 - Rondônia, quinta-feira, 11 de Junho de 2026 DIRETOR PRESIDENTE José Erisvaldo dos Santos Sousa Rondônia R\$ 1,50 - outros estados R\$ 3,00

# Comissão da Câmara aprova redução da maioridade penal para 16 anos

A PEC recebeu 44 votos favoráveis e 18 contrários na CCJ **Página 05**

3

### Tecnologia e fiscalização fortalecem proteção ambiental e reduzem focos de calor em Rondônia

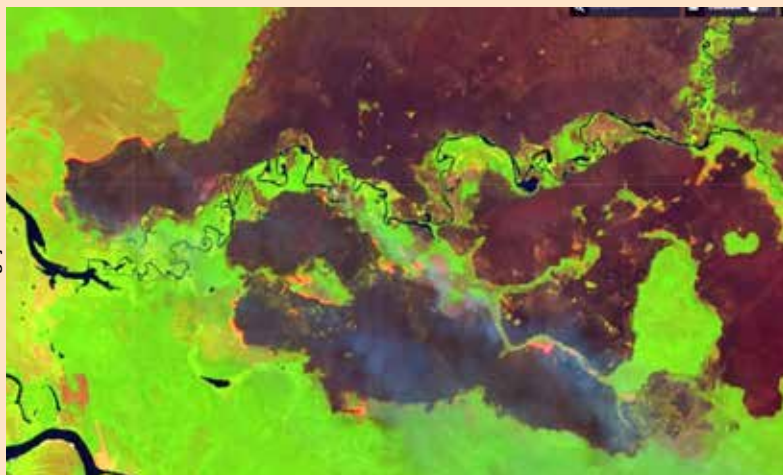


Foto: Divulgação

4

### Assembleia Legislativa aprova R\$ 49,8 milhões para fortalecer a rede estadual de saúde



Foto: Divulgação

# Versão Digital

# agazetaderondonia.com.br



## Cidadãos podem acionar o “Disque Sinistro” para agilizar atendimento de ocorrências no trânsito

Alinhada aos pilares de inovação, eficiência e proximidade com o cidadão, o governo de Rondônia, por meio do Departamento Estadual de Trânsito (Detran-RO) implementou modelo inédito de atendimento em tempo real integrado às ferramentas digitais. Trata-se da Central de Monitoramento de Operações, coordenada pela Diretoria Técnica de Fiscalização e Ações de Trânsito (DTFAT).

A nova estrutura representa um marco na otimização dos serviços públicos, voltada ao direcionamento estratégico das ações operacionais e ao atendimento imediato das demandas da

malha viária de Porto Velho. O núcleo dessa estratégia de integração é o serviço “Disque Sinistro”, canal desenvolvido para captar informações enviadas diretamente pelos cidadãos.

Para o governador de Rondônia, Marcos Rocha a iniciativa é uma importante ferramenta para salvar vidas, organiza o trânsito onde o sinistro ocorreu, e consequentemente prioriza o fluxo da equipe médica no atendimento às vítimas.

O diretor-geral do Detran-RO, Sandro Rocha explica que a ferramenta transforma a sociedade em agente ativo da segurança viária, permitindo que usu-

ários envolvidos em sinistros de trânsito ou qualquer outro cidadão entre em contato de forma gratuita pelo número 0800 000 3685 ou por meio do portal oficial da Autarquia [www.detran.ro.gov.br](http://www.detran.ro.gov.br).

**PRONTIDÃO OPERACIONAL**

A Central de Monitoramento foi projetada para unificar os fluxos de comunicação. Ao acionar o “Disque Sinistro” pelo site ou aplicativo do Detran-RO, o cidadão recebe um atendimento preliminar, garantindo celeridade e acolhimento na triagem das informações. Havendo necessidade de intervenção física, equipes de

fiscalização são prontamente mobilizadas para o local da ocorrência, garantindo a segurança e a resolução do atendimento.

A Autarquia integrou o aplicativo governamental Mob.RO a um aplicativo de navegação GPS gratuito, que baseado em dados colaborativos de seus usuários, permite a DTFAT mapear, em tempo real, pontos de congestionamento, sinistros e outras intercorrências reportadas, garantindo maior previsibilidade à gestão de tráfego.

De acordo com o diretor da DTFAT, Welton Roney, a convergência de dados melhora expressivamen-

te o emprego dos recursos públicos, permitindo uma atuação consideravelmente mais eficiente por parte das equipes do Detran-RO. “Com base nesses dados consolidados, as equipes operacionais poderão ser direcionadas de forma célere e precisa para as regiões que demandam maior atenção técnica, otimizando o tempo de resposta institucional. Pedimos a população a adesão do novo serviço ofertado pelo Detran-RO, melhorando o fluxo do trânsito em nossa capital”.

**Texto: Jarlana Davy**  
**Fotos: Sáimon Rio Secom - Governo de Rondônia**

## Seduc analisa possível redução de nota de corte em concurso público a pedido de parlamentar

A Secretaria de Estado de Educação de Rondônia (Seduc) comunicou, nesta semana, que avalia a viabilidade jurídica de alterar o percentual mínimo de aprovação do atual concurso público, reduzindo a nota de corte de 60% para 50%.

A medida atende a uma solicitação do deputado estadual Delegado Lucas Torres (PL), que levou ao

órgão o clamor de centenas de candidatos. O pleito refere-se aos editais 1/2026/SEGEP-GCP e 2/2026/SEGEP-GCP, destinados ao provimento de cargos de Professor Classe C e Técnico Educacional.

De acordo com o parlamentar, a iniciativa busca responder às preocupações manifestadas por concorrentes quanto ao nível de dificuldade das provas e ao

desempenho geral registrado na primeira etapa.

O deputado Delegado Lucas Torres reforçou ainda que a possível alteração não prejudicaria a meritocracia, uma vez que a mudança no critério de corte não alteraria a ordem de classificação dos candidatos, apenas expandiria o universo de participantes nas fases subsequentes.

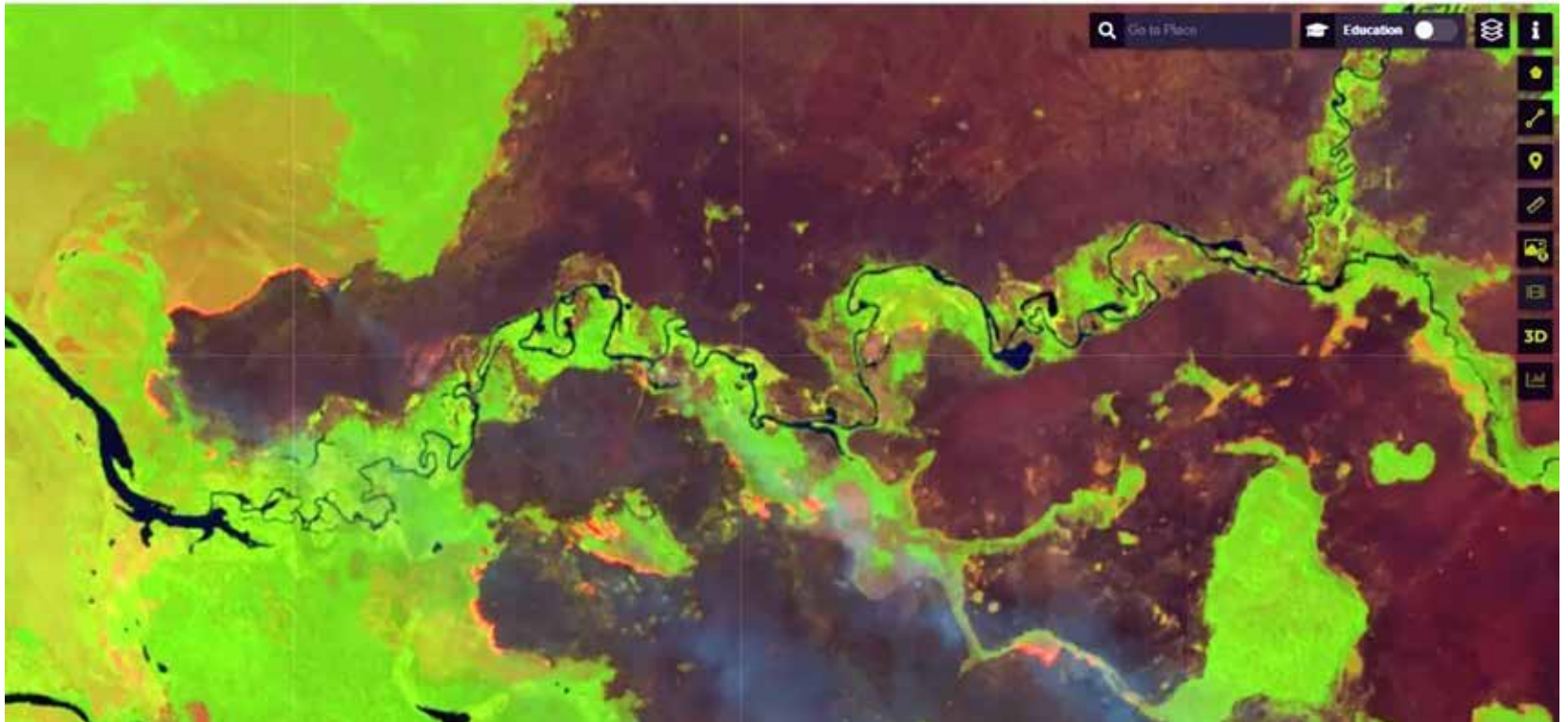
**Próximos Passos**

Em resposta a questionamentos sobre o andamento do processo, a Seduc informou que o pedido já foi encaminhado à Procuradoria-Geral do Estado (PGE). O órgão aguarda agora um parecer jurídico definitivo que ateste a legalidade de uma alteração nos critérios após a divulgação dos resultados preliminares.

Com a consulta enviada

à PGE, o concurso entra em uma fase decisiva. A expectativa dos candidatos agora se volta para a decisão da Procuradoria, que deverá definir se a mudança é juridicamente viável ou se as regras estabelecidas inicialmente no edital deverão ser mantidas integralmente.

**Texto: Assessoria Parlamentar**  
**Foto: Thyago Lorentz | Secom ALE/RO**



# Tecnologia e fiscalização fortalecem proteção ambiental e reduzem focos de calor em Rondônia

O governo de Rondônia, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam), registrou uma redução no número de focos de calor entre os meses de janeiro e maio de 2026. No período, foram contabilizados 205 focos, contra 406 ocorrências registradas nos mesmos meses de 2025, representando uma diminuição de 49,51%. O resultado reflete o fortalecimento das ações de monitoramento, fiscalização e educação ambiental desenvolvidas pela Coordenadoria de Geociências (Cogeo), em parceria com instituições estaduais e federais, que têm adotado estratégias para ampliar a conscientização da população e garantir res-

postas mais rápidas diante de ocorrências ambientais, especialmente durante os períodos mais críticos do ano.

Entre os principais instrumentos utilizados estão as plataformas Geoportal e Sedam Protege, que possibilitam o acompanhamento em tempo real de informações ambientais e auxiliam na identificação de áreas com maior incidência de focos de calor. As ferramentas têm se consolidado como importantes aliadas na prevenção e no combate aos ilícitos ambientais em Rondônia. Outro destaque é o trabalho desenvolvido pela Sala de Situação, responsável pelo monitoramento dos dados ambientais e pelo su-

porte às equipes de campo. A integração entre tecnologia, inteligência territorial e ações fiscalizatórias tem permitido maior eficiência na tomada de decisões e na execução de medidas preventivas.

Para o governador de Rondônia, Marcos Rocha, a expressiva redução registrada demonstra a efetividade das políticas públicas ambientais implementadas. “A expectativa é que, com a continuidade das ações de monitoramento, fiscalização e educação ambiental, os índices de focos de calor sejam reduzidos ainda mais ao longo deste ano. As parcerias desenvolvidas e o trabalho com foco na tecnologia estão consolidando avanços

na proteção dos recursos naturais e no combate aos crimes ambientais no estado”, pontuou.

De acordo com o coordenador da Cogeio, Paulo Sergio Mendes, a redução demonstra que o trabalho integrado está produzindo resultados concretos. “O uso das plataformas Geoportal e Sedam Protege tem fortalecido a capacidade de monitoramento e resposta rápida às ocorrências ambientais, aliado a isso, o trabalho da Sala de Situação permite uma análise dos dados, contribuindo para ações mais estratégicas e eficientes. Esses resultados reforçam a importância do investimento em tecnologia e inteligência ambiental

para a proteção dos recursos naturais de Rondônia”, ressaltou.

Segundo o secretário da Sedam, Marco Antonio Lagos, a redução dos focos de calor é resultado de um trabalho conjunto que envolve monitoramento, fiscalização, educação ambiental e a atuação de diversos parceiros. “O governo do estado fortalece as ações para ampliar ainda mais os resultados positivos. O objetivo é proteger o patrimônio ambiental do estado e promover o desenvolvimento sustentável para as futuras gerações”, destacou.

**Texto: Adenilson Florentino**  
**Fotos: Arquivo Sedam Secom - Governo de Rondônia**

## EXPEDIENTE

### DIRETOR PRESIDENTE

José Erisvaldo dos Santos Sousa  
(69) 98504-7977

### ADMINISTRATIVO

Said Neves Dourado  
(69) 3311-3714

### DIAGRAMAÇÃO

Valdinei Rodrigues Carvalho

### DEPARTAMENTO COMERCIAL

(69) 3311-3714 - Dulce Salvador

A Gazeta de Rondônia Edição de Jornal EIRELI - Publicações Diárias  
CNPJ: 14.515.552/0001-47 - Código ISSN: 2237-9878  
Inscrição Estadual: 0000003993213

### SEDE

Av. Castelo Branco, 20820 Sala 1 - Bairro Novo Horizonte - Cacoal - Rondônia  
(Região Central do Estado) - CEP: 76.962-000 - Fone Geral: (69) 3311-3714

### SUCURSAL PORTO VELHO

Rua Açaí, 5262 - Eldorado - CEP: 76.806-104 - Contato: 99234-8650

Mídia Distribuidora de Jornais - ME  
BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL  
E. SIBS. Quadra 02. Conj. B Lote 10

E-mail para matérias informativas:  
agazetaderondonia@gmail.com

E-mail para publicações oficiais,  
editais, licenças ambientais e outros:  
editlagazeta@gmail.com

### Filiado a:

**AJD-RO** Associação dos Jornais  
Diários Impressos do  
Estado de Rondônia

**Portal de Notícias**  
agazetaderondoniadigital.com.br



# Assembleia Legislativa aprova R\$ 49,8 milhões para fortalecer a rede estadual de saúde

A Assembleia Legislativa de Rondônia (Alero) aprovou, durante a 11ª sessão extraordinária realizada na terça-feira (9), o Projeto de Lei 1430/2026, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar, por superávit financeiro, no valor de R\$ 49.836.972,96 em favor do Fundo Estadual de Saúde (FES).

Os recursos serão utilizados no exercício de 2026 para custear serviços essenciais ao funcionamento da rede estadual de saúde, garantindo a manutenção das atividades hospitalares, a continuidade do atendimento à população e o fortalecimento da estrutura administrativa e assistencial da Secretaria de Estado da Saúde (Sesau).

Entre as ações contempladas estão a manutenção das estações de tratamento de esgoto do Hospital e Pronto-Socorro João Paulo II; do Centro de Medicina Tropical de Rondônia (Cemetron) e do Hospital Modular de Porto Velho.

Os valores também serão destinados à contratação de serviços de vigilância patrimonial para unidades de saúde



de e setores administrativos da Sesau; e a gestão, organização, digitalização e armazenamento do acervo documental da pasta por meio do Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (Sigad).

O crédito também permitirá a realização de análises clínicas e laboratoriais nos hospitais regionais de Cacoal (HRC/Heuro), São Francisco do Guaporé (HRSF), Extrema (HRE) e Buritis (HRB), além de assegurar o transporte inter-hospitalar de pacientes atendidos pelo

Hospital Infantil Cosme e Damião (HICD), em Porto Velho.

Outro serviço contemplado é a lavanderia hospitalar, destinada a atender unidades como o Cemetron, Hospital de Retaguarda de Rondônia, Hospital e Pronto-Socorro João Paulo II, Assistência Médica Intensiva 24h (AMI), Hospital Infantil Cosme e Damião (HICD), Centro de Diagnóstico por Imagem (CDI) e Centro de Diálise de Ariquemes (CDA).

Além da manutenção da estrutura hospitalar, os recursos também

serão utilizados para financiar atendimentos especializados realizados por meio de contratos e convênios com a rede privada de saúde. Estão previstos serviços de exames e procedimentos de diagnóstico por imagem, atendimentos especializados em neurologia, procedimentos ambulatoriais e cirúrgicos nas áreas de traumatologia, ortopedia, urologia e cirurgia geral.

Parte do valor aprovado ainda será utilizada para o repasse financeiro destinado à implantação do piso nacional da Enfermagem, contribuindo

para o fortalecimento da assistência prestada pelos profissionais da área em todo o estado.

As sessões da Assembleia Legislativa acontecem às terças-feiras, às 15h e às quartas-feiras, às 9h. A população pode acompanhar presencialmente ou pelos canais da TV Assembleia (7.2) e YouTube. Mais informações sobre os projetos e as votações estão disponíveis no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (Sapl) e no site oficial da Alero.

**Texto: Eliete Marques I**  
**Jornalista Secom ALE/RO**



**AMATUR**

Compre sua passagem on-line  
[www.amatur.com.br](http://www.amatur.com.br)



+ de **20**  
destinos  
pela Amazônia

**Viaje mais,  
viaje de Amatur!**



# Comissão da Câmara aprova redução da maioridade penal para 16 anos

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira (10), a Proposta de Emenda à Constituição (PEC nº 32/15) que reduz a maioridade penal de 18 para 16 anos no Brasil.

A PEC recebeu 44 votos favoráveis e 18 contrários. O aval da comissão representa o primeiro passo da tramitação da proposta, que agora seguirá para análise de uma comissão especial antes de ser votada em dois turnos, no Plenário da Casa.

A aprovação do parecer favorável do relator, deputado Coronel Assis (PL-MT), ocorreu após mais de duas horas de intenso debate. Para o relator, a medida é juridicamente viável, não viola as chamadas cláusulas pétreas da Constituição Federal, nem tratados internacionais.

A conclusão de Assis foi rebatida por deputados contrários à iniciativa, que argumentam que os direitos da infância e da juventude são cláusulas pétreas que não podem ser alteradas salvo com uma nova constituinte.

“Esta é uma cláusula pétrea da Constituição. Ou seja, só pode ser modificada com uma nova Constituição. E não estamos aqui falando de uma nova Constituição, mas sim de alterar a atual, modificando uma cláusula que não pode ser alterada”, alegou o deputado Tadeu Veneri (PT-PR), para quem a PEC, se aprovada no Congresso Nacional, será barrada no STF.

“Não podemos iludir a população de que isto vai prosperar. Não vai. Vai chegar no STF e vai parar. E teremos feito um grande debate apenas com cunho eleitoral”, acrescentou Veneri.

A deputada Sâmia Bonfim (PSOL-SP) endossou a tese de que a redução da maioridade penal é uma resposta populista, eleitoral e que não resolverá os graves problemas da segurança pública.

“O pressuposto é que, com a entrada destes jovens no sistema penitenciário, e não mais no sistema socioeducativo, teremos uma punição mais severa e à altura das infrações que eles co-

meteram. Isto é uma mentira. O índice de reentrada no sistema socioeducativo é de 23%. No sistema prisional é de 42%”, afirmou Sâmia.

A parlamentar argumentou que, segundo dados oficiais, apenas 0,5% das infrações cometidas por adolescentes são consideradas crimes gravíssimos.

“Estamos propondo alterar todo o tratamento dado aos adolescentes [em geral] por causa de 0,5% [...] quando este Congresso Nacional deveria estar se dedicando a identificar onde estamos falhando para que haja tantos jovens cometendo crimes em vez de estarem sentados nos bancos escolares”, ponderou Sâmia.

Defensor da proposta, o deputado Mendonça Filho argumentou que o correto seria submeter o tema a um referendo popular.

“Ninguém aguenta mais a violência no Brasil. Temos 44 mil homicídios por ano. Vivemos um padrão de guerra civil e fazemos de conta que esta realidade não existe”, comentou Filho, atribuindo a insegurança

a “leis frouxas” e à “impunidade” que, segundo ele, facilita a ação do crime organizado.

Ele admitiu que a redução da maioridade penal para 16 anos não vai resolver o problema da violência. Mas defendeu que, em conjunto com outros mecanismos legais, vai contribuir para o combate ao crime organizado.

“Cerca de 25% da população brasileira vive hoje sob a influência direta de milícias e de organizações criminosas que, inclusive, aliciam menores de 18 anos para praticar crimes porque, para elas, o custo de fazer isto é barato”, disse.

O deputado Rodrigo de Castro (União-MG) também classificou a aprovação da PEC como um “claro sinal” contra a impunidade, mas lamentou que a discussão, que se arrasta há anos no Congresso Nacional, tenha se transformado em um debate sobre aspectos ideológicos que nada têm a ver com a segurança pública. “Me constrange ver este debate se tornar um debate de ideologias”.

Para Otoni de Paula (PSD-RJ), é um erro o Congresso Nacional discutir um projeto tão importante e polêmico como a redução da maioridade penal às vésperas de uma eleição.

“Por que não aprovamos a redução da maioridade penal durante os quatro anos do governo Bolsonaro já que tínhamos base para isso? Da mesma forma como não transformamos as facções criminosas em grupos terroristas. Tivemos quatro anos e não fizemos isto”, argumentou.

Ele afirmou que há risco de que, com a redução da maioridade penal, os criminosos passem a aliciar crianças e adolescentes ainda mais novos.

“Como ficarão os adolescentes de 15 anos e 11 meses que cometeram crimes hediondos? Amanhã, vamos debater a redução para 14 anos? Depois para 12? Porque este problema é estrutural. E a partir da redução da maioridade penal para 16 anos, o tráfico vai recrutar meninos abaixo de 16 anos”, concluiu de Paula.

Fonte: Agência Brasil



**ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL  
DE CACAULÂNDIA  
TERMO DE ADESÃO A ATA DE  
REGISTRO DE PREÇO**

A Prefeitura do Município de Cacaulândia/RO por meio do Prefeito Municipal torna público a adesão à Ata de Registro de Preços nº 034/2026, oriunda do Pregão Eletrônico Nº 90010/2025, processo administrativo 59000.007460/2025-78 e 59000.000812/2026-45, tendo como órgão gerenciador o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. A presente adesão tem por objeto a aquisição de Trator Agrícola Cabinado 110 cv, tendo como Empresa registrada na Ata: COMAZI TRATORES E MAQUINAS LTDA - CNPJ nº 47.075.363/0001-50 situada na Rua Rod. BR 153 sn Quadra 07/11 Lote 007A, Bloco B sala 01 Loteamento Santo Antônio, Aparecida de Goiânia - Goiás, nº 226, sendo os Itens aderidos: ITEM 31- Trator Agrícola Cabinado 110 cv no valor unitário de R\$ 192.999,00 (cento e noventa e dois mil e novecentos e noventa e nove reais).

Cacaulândia/RO, 10 de junho de 2026

**DANIEL MARCELINO DA SILVA**  
Prefeito Municipal



**Estado de Rondônia  
MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO  
EXTRATO DO SEXTO TERMO DE  
APOSTILAMENTO DE PRAZO DE EXECUÇÃO**

CONTRATO Nº 64/2025

PROCESSO Nº: 2073/2024

CELEBRAÇÃO: 07/04/2026

PARTES: Município de Nova União, inscrito no CNPJ sob nº 00.699.197/0001-07 e a empresa FRIMON CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 16.958.226/0001-30.

INTERVENIENTE: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para Construção de Portal de Entrada da Cidade.

DO VALOR: O valor global continua inalterado conforme os termos do Contrato de nº 64/2025.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO: Por mais 30 (trinta) dias, contados a partir de 23/04/2026.

Nova União RO, 07 de abril de 2026.

**João José de Oliveira**  
Prefeito

**SOLICITAÇÃO DE OUTORGA DO DIREITO DE  
USO DE RECURSOS HÍDRICOS**

O senhor RONALDO ADRIANO SCHULTZ, com sede/imóvel na LINHA 130, KM 19 NORTE, CHÁCARA DOIS IRMÃOS - LOTE 120 GLEBA 17, ZONA RURAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE, Estado de Rondônia. Devidamente cadastrado no CPF nº 817.372.202-10 torna público que requereu junto a COREH/SEDAM, em 10 de JUNHO de 2026, a solicitação de OUTORGA DO DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS SUPERFICIAL para CAPTAÇÃO, cujo ponto está localizado na Coordenada Geográfica Latitude -11° 32' 53.59" S e Longitude -62° 17' 20.16" W, sendo a água utilizada para irrigação de CAFÉ ROBUSTA

NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE/RO, 10 de JUNHO de 2026

**ANDERSON DOS SANTOS FERREIRA**  
TÉCNICO AGRÍCOLA

# "Brasil não abaixa a cabeça", diz Durigan ao defender soberania e Pix



O ministro da Fazenda, Dario Durigan, reafirmou, nesta quarta-feira (10), a defesa da soberania nacional.

"O Brasil não abaixa a cabeça para ninguém, e a gente defende a nossa política econômica pelo mundo", disse.

A fala do ministro ocorre no contexto dos recentes anúncios feitos pelos Estados Unidos de barreiras comerciais e aumento de tarifas impostas a insumos e produtos manufaturados que atingem diretamente as exportações brasileiras.

Nesse sentido, Durigan ainda sinalizou que o Pix – hoje referência global de bancarização e inovação tecnológica – é um patrimônio estratégico que continuará sob estrita governança do Estado brasileiro contra interferências globais.

"A primeira demanda, a primeira tarefa que eu tenho é proteger a soberania ao lado do presidente Lula, em especial no nosso Pix."

As declarações foram dadas durante a abertura da 7ª Reunião Plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), no Palácio do Itamaraty. Neste ano, o mote dos debates do chamado Conselho é "Da soberania nacional ao protagonismo global".

Respeito

Ao relatar agendas recentes no Fundo Monetário Internacional (FMI),

no Banco Mundial, no G20 e no G7, o ministro da Fazenda destacou que a comunidade internacional reconhece a liderança brasileira no debate econômico, ambiental e da transição energética, exigindo que o país seja tratado com igualdade e respeito.

"O Brasil é liderança mundial e a gente não abre mão de ser tratado com respeito e tratar com respeito a todos os países, a todas as outras comunidades e culturas do mundo", disse.

Agenda social

Durigan ainda tratou de pautas de apelo social e de segurança pública. Sobre a escala 6x1, ele ressaltou que manter esse modelo perpetua a desigualdade e sobrecarrega os trabalhadores de menor remuneração, negros e mulheres de dupla jornada, enquanto os setores que operam em escalas mais flexíveis (5x2) concentram os melhores salários e oportunidades de estudo.

"Quem já está na escala 5 por 2 é quem ganha mais, teve tempo e muitas vezes oportunidade familiar de estudar por mais tempo. E quem está na escala 6 por 1 são os trabalhadores mais mal remunerados, trabalhadores negros, mulheres e que ainda acumulam o trabalho com afazeres domésticos e outras responsabilidades, que ficam sobrecarregados."

No fim de maio, a

Câmara dos Deputados aprovou a proposta de emenda à Constituição (PEC) que acaba com a escala 6x1. A PEC terá o cronograma de tramitação definido nesta semana no Senado. A proposta institui a obrigatoriedade de dois dias de descanso por semana, além de redução jornada de trabalho das atuais 44 horas para 40 horas semanais, sem diminuição salarial.

Cerco às bets

O ministro comparou o tratamento dado às casas de apostas online em gestões anteriores ao que é praticado no governo Lula. Segundo ele, antes, elas "tinham a mesma imunidade que as igrejas". "Hoje, as bets pagam mais do que a média dos setores empresariais e, hoje, passam os dados e estão sendo fiscalizadas."

Durigan destacou que esse trabalho já resultou na derrubada de mais de 30 mil empresas irregulares e na proibição do uso do mercado de cartões de crédito para apostas, visando proteger o orçamento familiar.

Asfixia ao crime organizado

O ministro anunciou uma cooperação com o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e com o governo norte-americano para atacar o fluxo financeiro de facções criminosas.

A estratégia, operada via Receita Federal, Conselho de Controle de Atividades Financeiras

(Coaf) e Polícia Federal, será congelar os ativos do crime organizado. "O combate ao fluxo financeiro do crime organizado, eu acredito, é o mais importante para gente assfixiar esse mal que segue causando graves prejuízos à nossa comunidade", concluiu.

Crescimento industrial

Em discurso aos conselheiros, o ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa, apresentou um balanço sobre a reindustrialização do país.

O ministro elencou os resultados que têm reaquecido a economia brasileira, como o aumento do salário médio e a menor taxa de informalidade da série histórica. Ele detalhou o desemprego em queda, com a taxa de 5,6%, consolidando-se na média histórica mais baixa; o recorde de 103 milhões de brasileiros empregados formalmente; e o maior rendimento médio, atingindo o patamar entre R\$ 3.370 e R\$ 3.732.

"Esses indicadores sociais só são obtidos porque a indústria voltou a crescer. Cresceu em 2024 com a lançamento da Nova Indústria Brasil, 3,1%. No primeiro trimestre, já avançou 1,7%. Por isso, tivemos mais de 7,6 milhões de postos formais no setor", destacou Elias Rosa.

Fonte: Agência Brasil

**A Gazeta de Rondônia**

**32 Anos**

**LIGUE**

**3311-3714**

**Divulgação de Editais,  
Pedidos de Licença Ambiental  
e outras Publicações Legais**

# Subprodutos do abate de bovinos poderão ser exportados, decide CRA

A Comissão de Agricultura (CRA) aprovou nesta quarta-feira (10) projeto que prevê a possibilidade de exportação de subprodutos do abate de bois e de búfalos quando não houver demanda alimentar por eles no Brasil. O PL 6.682/2025, da Câmara dos Deputados, recebeu parecer favorável do relator, senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), e segue para análise do Plenário.

O texto altera a norma que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal (Lei 1.283, de 1950) para prever que estabelecimentos com fiscalização estadual ou municipal integrados ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal possam exportar, por meio de estabelecimentos com inspeção federal, subprodutos do abate de bois e búfalos que não possuem demanda alimentar no

mercado nacional, como vísceras.

Segundo Veneziano, muitos frigoríficos e abatedouros sob serviço de inspeção estadual ou municipal não têm autorização direta para exportar, uma vez que o reconhecimento sanitário internacional é atribuição da autoridade federal.

O projeto estabelece ainda que as regulamentações do Poder Executivo sobre inspeção sanitária e industrial de estabelecimentos poderão ser modificadas em função de avanços tecnológicos na indústria de produtos de origem animal e das exigências do comércio interno e externo.

Mercado internacional

De acordo com o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), as cadeias de produção bovina e bubalina (de búfalos) representaram praticamente metade do Valor Bruto da Produção da pecuária nacional, que alcançou R\$ 475,3 bilhões



em 2025. Contudo, alguns subprodutos do abate (como vísceras, medula, aorta e rabo, entre outros) são pouco apreciados nos hábitos alimentares dos brasileiros e, portanto, têm baixo valor comercial. Em contrapartida, esses subprodutos

são muito demandados por países asiáticos, o que representa oportunidade de inserção no mercado internacional.

“Vale destacar o amplo mercado de exportação desses subprodutos, com a consequente entrada de divisas

no país. Esses produtos, em vez de gerarem renda, poderiam ser descartados, acarretando custos adicionais, ou destinados a usos de menor valor econômico, como a produção de farinhas”, explica o relator.

Fonte: Agência Senado

## Pedofilia é crime hediondo e inafiançável, aprova CCJ



A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou nesta quarta-feira (10) projeto que torna hediondos e inafiançáveis o crime de pedofilia e demais crimes sexuais cometidos contra vulneráveis em geral. A matéria

segue com requerimento de urgência para análise do Plenário.

O PL 3.158/2025 altera a Lei dos Crimes Hediondos a fim de tornar hediondos os crimes de: corrupção de menores, satisfação de las-

cívia, ou seja, a prática de atos libidinosos mediante a presença de criança ou adolescente, divulgação de cena de estupro de vulnerável ou pornografia, além de crimes do Estatuto da Criança e do Adolescente ligados ao tráfi-

co internacional de crianças e à pornografia infantil. Também modifica o Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689, de 1941) para tornar os mesmos crimes inafiançáveis.

O projeto, da deputada Laura Carneiro (PSD-RJ), recebeu voto favorável da relatora, senadora Eliziane Gama (PSD-MA). O senador Weverton (PDT-MA) salientou que apresentou projeto correlato, o PL 4.600/2024, e pediu que seja apensado ao PL 3.158/2023 em Plenário.

Lacunas

Segundo a relatora, a proposta corrige lacunas da legislação, reforçar a proteção integral de crianças e adolescentes e responder a novas formas de exploração infanto-juvenil, inclusive no ambiente digital.

Eliziane Gama ressaltou que a rotulação como crime hediondo impõe um regime de cumprimento de pena substancialmente mais severo, proibindo anistia, graça ou indulto, além de exigir prazos mais longos para a progressão de regime, operando como um real desestímulo à prática delitiva.

— Também é razoável que tais crimes não sejam suscetíveis de fiança. Crimes sexuais graves, especialmente aqueles envolvendo pessoas vulneráveis, produzem intenso abalo social e elevada censura coletiva. A inafiançabilidade reforça a função simbólica de tutela da dignidade humana e de intolerância institucional contra a violência sexual — afirmou a relatora.

Fonte: Agência Senado



# Jusmar Lustoza



ACESSE: [issuu.com/revistapontoe](http://issuu.com/revistapontoe)

email: [revistapontoe@gmail.com](mailto:revistapontoe@gmail.com)

(69) 9 9257-7850

@jusmarlustoza



Câmara Brasileira de Cultura

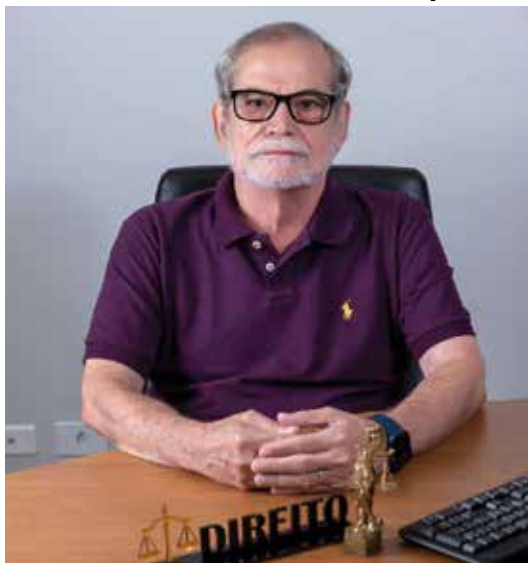
Acesse: [www.agazetaderondonia.com.br](http://www.agazetaderondonia.com.br)

Rondônia, quinta-feira, 11 de Junho de 2026



## Autismo e Neuropsicologia

- A psicóloga Michele Romão se destaca principalmente na área da Neuropsicologia pelo amplo conhecimento e pela busca constante por atualização, incluindo a pesquisa de referências importantes fora do Brasil. Sua principal atuação é voltada para o Transtorno do Espectro Autista, causa que defende com dedicação. Está sempre em foco na revista Ponto E. Confira já! [issuu.com/revistapontoe](http://issuu.com/revistapontoe).



## Um brinde

- O brinde vai para o advogado José Jovino de Carvalho. Atravessa a semana comemorando o seu aniversário; 11 de junho. Parabéns!



## Em dose tripla

- O Laboranálises agora conta com três unidades. Além de Cacoal e Pimenta Bueno, contempla também o município de Ministro Andreazza. Entre as sócias está a farmacêutica e bioquímica Kelly Cristina Gomes, recebendo os sonoros parabéns pela passagem do seu aniversário; 14 de junho. Felicidades e mais sucesso!!



## De Ariquemes

- O advogado Leonardo Berkembrock, de Ariquemes, soma mais um ano de vida; 08 de junho. Os cumprimentos não param de chegar, vindos da família e amigos que compõem longa lista. Felicidades e mais sucesso!



## No Dia dos Namorados

- Entre os pioneiros de Rondônia está o médico Volmir Rodegheri, de Rolim de Moura. Em pleno Dia dos Namorados comemora também o seu aniversário. Parabéns!!! Vida longa com muita saúde.



## R\$ 1,7 milhão em sobras

- O Sicoob Fronteiras realizou a distribuição de mais de R\$ 1,7 milhão em sobras aos cooperados, valor aprovado durante a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 2026. Os recursos foram creditados diretamente na Conta Capital dos associados, reforçando um dos principais diferenciais do cooperativismo: o retorno dos resultados para os próprios cooperados. Para o presidente Carlos Alberto Biazi, a iniciativa representa o resultado da participação coletiva e fortalece ainda mais a solidez e o crescimento da cooperativa.



## Acidentados – 40 anos!!!!

- Período festivo no Hospital dos Acidentados e Maternidade São Lucas, em Cacoal. A empresa brinda seu 40º aniversário. Entre as iniciativas de celebração está o destaque de capa da nova edição da revista Ponto E, disponível online – [issuu.com/revistapontoe](http://issuu.com/revistapontoe) - e também impressa, em fase de distribuição em todo o estado de Rondônia. Já se encontra aberto o próximo projeto, previsto para setembro/26. Participe!! 69 9 9257-7850.